

Política

CONSTITUINTE

Congresso ganha mais poder para intervir nos projetos de orçamento

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembleia Constituinte definiu ontem importantes modificações para os futuros orçamentos da União. Pelo texto aprovado, o Congresso Nacional reforça seu poder de intervir na elaboração dos orçamentos, podendo propor emendas aos projetos de lei enviados pelo Executivo, referentes ao orçamento anual, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias.

Também caberá ao Congresso apreciar os planos e programas nacionais e regionais ou setoriais do governo federal.

O atual orçamento unificado da União será dividido em três: o orçamento fiscal, referente aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta; o de investimentos das empresas estatais; e o da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da administração direta e indireta.

A lei do plano plurianual deverá estabelecer objetivos e metas da administração pública federal para a distribuição de investimentos. Já a lei de diretrizes orçamentárias definirá as metas e prioridades do governo federal para o exercício financeiro subsequente e disporá sobre as alterações na legislação tributária indispensáveis para a obtenção das receitas públicas.

O projeto de lei orçamentária deverá ser enviado pelo governo federal até o encerramento do período legislativo. No caso de não ser devolvido para sanção, o governo poderá executá-lo por decreto. Porém, a sessão legislativa não será encerrada sem a apreciação definitiva da lei orçamentária.

Caberá ao Senado e à Câmara dos Deputados apreciar conjuntamente o projeto de lei e a ele apresentar emendas. Atualmente, o Congresso só pode aprovar ou rejeitar o orçamento

da União. Contudo, as emendas somente serão aprovadas quando se relacionarem com investimentos e outras despesas decorrentes desde que compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, e desde que indiquem os recursos necessários ou se destinem à correção de erros.

O projeto também cria uma comissão mista permanente de senadores e deputados que deverá examinar e dar parecer sobre os projetos de lei, os programas nacionais, regionais e setoriais do governo, além de exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária. Essa comissão, atuando conjuntamente com o Tribunal de Contas da União, poderá sustar despesas não autorizadas no orçamento.

Os constituintes devem decidir até o final da semana se ficarão proibidos entre outros itens o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento; a realização de despesas de obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais; a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização do Congresso e sem indicação dos recursos correspondentes; a concessão ou utilização de créditos ilimitados e a instituição de fundos, sem autorização legislativa.

Na sessão de ontem, também foi votado o capítulo das finanças públicas que no artigo 193 proibiu o Banco Central de conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. Essa regra, que até hoje não constava do texto constitucional, começou a se efetivar com a criação do orçamento unificado da União, que entrou em vigor em janeiro deste ano. Através de decreto presidencial, ficou estabelecido que nenhum empréstimo poderia ser feito se não estivesse previsto no orçamento.

Instalada Comissão de Redação Final

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), instalou ontem a Comissão de Redação Final da Constituição.

Já na reunião de instalação ficou decidido que a comissão, composta por treze membros de partidos diferentes, terá doze dias para analisar e acrescentar sugestões à redação dada pelo relator Bernardo Cabral a 107 dos 194 artigos já aprovados do projeto constitucional.

Desde o início da aprovação, em primeiro turno, dos dispositivos da futura Constituição que Cabral, juntamente com os deputados Konder Reis e Adolfo de Oliveira, começaram a fazer um verdadeiro trabalho de edição.

Assim, sem modificar o teor dos artigos, esses três constituintes deram maior clareza e ordenamento ao texto. Dessa forma, dez artigos foram suprimidos, sendo que seu conteúdo foi

inserido em outros artigos considerados mais adequados.

Na opinião do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que juntamente com o senador Jarbas Passarinho será co-presidente da comissão, a futura Constituição deverá ser "precisa, escorreita e casta".

Para ajudar nessa tarefa participarão da comissão como assessores especiais o jurista José Afonso da Silva e o lingüista Celso Ferreira Cunha.

Para o professor Cunha, seu trabalho será voltado mais para sugestões modificativas do texto, de forma que sua compreensão fique clara e concisa. "Será um trabalho mais de ordem estilística do que gramatical", observou.

A comissão desenvolverá seu trabalho em duas etapas. A primeira ao rever o texto que está sendo aprovado em primeiro turno. E sobre o resultado desse trabalho que os constituintes votarão no segundo turno. Somente ao fim dessa votação é que se dará a redação final da Constituição.

"Não acredito em golpe", diz o chefe do EMFA

por Janice Menezes do Rio

"Não acredito em golpe militar caso seja aprovado o mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Os militares deverão acatar a decisão soberana da Constituinte e não haverá nenhuma alteração no panorama político brasileiro, a não ser eleições no final deste ano". A declaração é do ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), tenente-brigadeiro do ar, Paulo Roberto Coutinho Camarinha, que participou ontem, no Rio, da solenidade de passagem do comando da Escola Superior de Guerra (ESG), do almirante de esquadra, Bernard David Blower para o general-de-exército, Osvaldo Muniz Oliva. Esta é a quarta mudança de comando da ESG, no governo Sarney.

Camarinha falou aos jornalistas após o evento e também esclareceu que os militares decidiram aceitar o congelamento da URP — decretada pelo governo — por entenderem ser a medida importante para melhorar a conjuntura econômica difícil vivida

pelo País. O chefe do EMFA ressaltou, no entanto, que ninguém recebe bem a notícia de redução de seus vencimentos. Camarinha preferiu não se manifestar sobre a permanência da URP para a iniciativa privada, pois "esse assunto deve ser tratado pelos patrões", comentou. Ele negou ter defendido o fim da URP para o setor privado.

O novo comandante da ESG, general Oliva, não mudará o currículo da escola, segundo informou Camarinha. Haverá algumas alterações com o curso da ESG passando a dar maior realce aos aspectos relacionados com a justiça social e com a ciência e tecnologia.

O almirante Blower — transferido para a reserva — ao discursar na cerimônia de passagem de comando destacou que durante um ano e oito meses de sua gestão na escola, introduziu algumas mudanças iniciadas em 1987. Blower referiu-se à melhora e conhecimento dos estagiários sobre os aspectos políticos e sociais do País. "Convidamos partidos políticos, inclusive de oposição, para expor e debater seus programas partidários".